

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O FETICHE DA CURA: CURADORES E MÉDICOS NO BRASIL DA REPÚBLICA VELHA

Marcelo Sabino Martins

Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

marcelo.sabino.martins@gmail.com

Curandeiros, por exemplo. Há agora uma verdadeira perseguição deles. Imprensa, política, particulares, todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão.

Machado de Assis

Machado de Assis (1839-1908), com a sutileza que lhe era peculiar, observou por meio dos anúncios de jornais que circulavam no Rio de Janeiro, que, em 1841, curandeiros ofereciam seus préstimos livremente ou eram requisitados e seguidos pela população. No entanto, passados quarenta e oito anos, essa “classe interessante” passa a ser perseguida pela “imprensa, polícia e particulares” sendo que o que lhe valia, ainda, é não ter perdido “o governo da multidão” (ASSIS, apud CHALHOUB, 1996, p.164).

Ao analisar a situação dos curadores durante o período compreendido entre 1889 e 1930, que corresponde à República Velha no Brasil, acredita-se ser possível traçar uma linha de raciocínio que pode levar a outras razões, além das disputas profissionais, diferenças culturais, ausência de confiança, avanço da medicina, profissionalização da medicina, para os curadores passarem de seguidos e procurados para denunciados e perseguidos, como observou Machado de Assis.

O argumento consiste, basicamente, no fato de que os praticantes das artes de curar, os curadores e curadoras, possuíam prestígio dentro de uma determinada localidade a qual exerciam, em grande medida, um certo poder político. Uma vez que lidavam diretamente com as angústias da população e desfrutavam, por assim dizer, de um controle das doenças.

Supondo serem os curadores capazes, portanto, de influenciar aqueles que os procuravam, podendo mesmo serem seguidos por uma multidão de pessoas. A exemplo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de Antônio Conselheiro, na Bahia e dos beatos curadores pelo interior do Estado de Santa Catarina durante a Guerra do Contestado, apenas para ficar com estes dois exemplos. Mas é sabido que, no Brasil, muitos foram os líderes religiosos, os quais pregavam e curavam com ervas e remédios caseiros.

Entendendo por multidão, um grupo considerável de pessoas, geralmente moradores de uma mesma localidade ou região. Geralmente gente simples, do povo, da vila, um grupo de pessoas que seguiam ou procuravam os curadores para pedir conselhos, solicitar remédios, bênçãos, curas, passes, consultas. ou seja, buscavam aliviar os mais diversos sofrimentos, sejam eles físicos e ou espirituais.

Por outro lado, a palavra governo, tal como é aqui concebida, deve receber uma atenção para um melhor entendimento da argumentação apresentada. Devendo, portando, ser traduzida como o exercício de um poder político capaz de arregimentar em seu entorno, um grupo de pessoas. Usando, para tanto, a persuasão, a indução, ou, ainda, um grau de domínio daqueles e daquelas que ouvem conselhos, pedem auxílio para aliviar dores. Pessoas que pelos curadores sentem admiração ou gratidão em razão de lhes atribuírem uma dada cura, num processo de fetichismo da cura.

Alguns importantes historiadores já haviam levantado a estreita relação entre o ato de curar e o de governar:

Ora, recordemos o que eram os reis. Quase todo mundo acreditava na, para falar como Pierre de Blois, “santidade” dos monarcas. Há mais. De onde a derivavam? Aos olhos do povo, em grande parte ela tinha origem naquela predestinação familiar à qual as massas, guardiãs das idéias arcaicas, não haviam deixado de dar crédito. Mas também, a partir dos tempos carolíngios, essa “santidade” passou a resultar, mais formalmente e mais cristãmente, de um rito religioso, a unção; em outros termos, desse óleo bento que parecia a tantos enfermos o mais eficaz dos remédios. Portanto, os reis estavam duplamente designados ao papel de benfeitores taumaturgos: primeiro, pelo caráter sagrado que lhes era inerente; depois mais particularmente, por uma das fontes de onde emanava esse caráter, a mais visível e a mais respeitável. Como não haveriam ele, mais cedo ou mais tarde, **de posar de curandeiros?** (BLOCH, 1999, p. 82) (grifo nosso)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por outro lado, práticas de cura, resultantes de manifestações religiosas diferentes da fé cristã católica apostólica romana, eram por diversas vias, como a imprensa, taxadas como incompatíveis com o progresso e com a civilização.

Entretanto, o documento que exprime melhor a oposição entre “civilização” e “barbárie”, “ciência” e “superstição”, “branco” e “negro” é o editorial escrito por *O Estado de S. Paulo*, na ocasião da visita do escritor inglês Aldous Huxley, a um terreiro de macumba. Este documento revela de forma tão clara a ideologia dominante (...) (ORTIZ, 1999)

O autor da citação, transcreveu, na íntegra, em “*A morte branca do feiticeiro negro*”, livro publicado em 1999, o editorial publicado pelo jornal paulistano em 14 de agosto de 1958. O que se fará aqui, é destacar apenas alguns trechos, os quais, supõe-se, contribuirão para a argumentação:

“É profundamente humilhante para todos nós, brasileiros, que o escritor Aldous Huxley tenha podido assistir, em pleno coração do Rio de Janeiro, a uma cerimônia de macumba. Não apenas porque alguns pretensos intelectuais encaminhassem o famoso autor de Admirável Mundo Novo para o morro do Salgueiro. Mas pela simples e única razão de ser ainda possível, me mil novecentos e cinquenta e oito, quando caminhamos em plena era atômica (...), a realização de torpezas tais na própria capital da República” [O Estado de S. Paulo, 14/8/58]

[...]

O mesmo jornal reforça num outro editorial a incompatibilidade entre “civilização” e “macumba”: “A prática da macumba não ode ser confundida com a liberdade de culto. O **curandeirismo** é inaceitável na *era em que vivemos*. A pretensão de resolver divergências familiares, de conciliar amores ou de consumir vinganças, são atos de pura **feiticeira que definem um sentido da vida tão primitivo e recuado**; temos certeza a esmagadora maioria de São Paulo repele indignamente como afronta que não merece”. [O Estado de S. Paulo, 11/1/1959] (ORTIZ, 1999, pp. 200-201) [sem grifos no original]

Ressalta-se o sentimento de vergonha e humilhação diante da exposição de um escritor estrangeiro a uma manifestação da religião brasileira, a umbanda em 1958.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Além de uma percepção de associação, a um só tempo, da religião Umbanda, com o atraso, de curandeirismo e feitiçaria.

Tais manifestações da imprensa paulista, eram repetidas pelo país, reverberando noutras regiões, o que nos leva a crer se tratar de um processo com amplitude nacional.

Além do escrito em jornais, divulgava-se em revistas, rádios e nas emissoras de TV, que ainda em fases iniciais, abriam espaço para manifestações de clérigos da Igreja Católica.

David Nasser, comentando uma intervenção do arcebispo do Rio (ex-GB) na televisão, adverte os telespectadores contra a penetração dos ritos umbandistas: “Dom Jaime sabe que os brasileiros, seus filhos, suas ovelhas, seus comandados espirituais, necessitam agora mais do que nunca de seus rumos, de sua orientação. Nunca maior onda de cultos estranhos, vindos da África via Bahia, ou de Paris via Allan Kardec, invadiu uma nação com maior rapidez e fúria que os candomblés, os rituais de Umbanda, a linha branca e a linha negra, o culto bárbaro de Exu ou o endeusar de Ogum, ao se disseminarem pelo Brasil. Ora, a voz do pastor na televisão se impunha justamente para explicar aos mais ingênuos que tudo não passa de uma terrível coincidência. Para desfazer as dúvidas dos corações inocentes e evitar que neles se introduzisse, face aos acontecimentos que julgavam sobrenaturais, o **micróbio da feitiçaria**, a semente de uma nova religião também cheia de símbolos, impregnada de misticismo, porém bárbara ainda. [David Nasser, “Cuide de Nossas Almas, Cardeal”, In: *O Cruzeiro*, 3/11/59, p. 28] (ORTIZ, 1999, pp. 199-200)

Percebe-se um tom bastante militante na escrita do autor da revista *O Cruzeiro*, uma revista semanal, ilustrada fundada em 1928 por Assis Chateaubriand. Este tom é bastante recorrente, e, talvez, a justificativa seja a de que neste período há um aparente “retorno” da Igreja Católica às hostes do poder estatal. Após um breve “avanço” da umbanda, sobretudo durante o período do Estado Novo, em que ela teria sido “alçada” a categoria de religião nacional (ISAIA, 2012)

Enfim, o que se está querendo chamar atenção aqui é para uma confluência de fatores, imprensa televisiva, escrita, produção intelectual, Igreja Católica, outras religiões cristãs, leitura, produção intelectual que parecem, supõe-se, investir

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

maciçamente para a construção de uma memória negativa sobre curadores e curadoras, principalmente aqueles com visíveis influências culturais africanas em uma determinada região e em uma determinada parcela da população no país.

Também, chamar a atenção para a importância que curadores adquirem, sobretudo quando bem-sucedidos, bem como da consciência de que alguns deles adquirem de sua importância dentro de uma determinada estrutura social. Revelando assim relações de exercício de poder(es) ou de “micros poderes” (FOUCAULT, 1979) entre os curadores e aqueles que deles precisam.

Relatos acerca de processos inquisitórios, processos crime movidos pela Igreja, depoimentos ou narrativas sobre bruxas, curadores e benfeitores ilustram muito bem esta relação de exercício de poder entre curadores e “curados” desde há muito tempo, atravessando séculos e reverberando no Brasil do final do século XIX, como apontado por Machado de Assis no trecho em epígrafe.

Processos deste tipo, sejam os promovidos pelo Santo Ofício (GINZBURG, 1988), ou mesmo por magistrados (MANDROU, 1979), são descritos/narrados por historiadores como sendo bastante recorrentes desde o período medieval na Europa.

Como o caso trazido até os dias atuais, por uma “espécie de memória compilada em 1621 por um habitante de Udine, com certeza de condição abastada”, que foi escrita e depois enviada ao “tribunal do Santo Ofício”, por “Alessandro Marchetto”:

Esse rapaz, conhecido como *benandante*, havia inicialmente curado com sucesso o filho de um compadre de Marchetto, Giovan Francesco Girardi. Após ter desfeito miraculosamente o feitiço, ele tinha, com efeito, sugerido colocar sob o travesseiro ou a cabeceira do enfermo “alho e erva-doce, para que naquela noite as bruxas não viessem molestar aquela criatura” (aqui também, portanto, a erva-doce é usada como arma contra as bruxas). Após muitos dias de sofrimento, o menino havia passado uma noite tranquila. Na manhã seguinte, Girardi tinha conversado com o *benandante*, perguntando-lhe sobre os seus poderes miraculosos, as bruxas e outras coisas. De repente, “viu que esse rapaz abaixou a cabeça e deixou sair sangue da boca”. De onde vem aquele sangue? O rapaz afirma “ter levado um soco no rosto”. “Como pode ser possível”, respondeu admirado Girardi, “se estamos só nós dois aqui?”. “O rapaz respondeu que tinha sido uma bruxa mas que ele não tinha podido vê-la”. (GINZBURG, 1988, p.115)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A história dos *benandanti* continua e nela é relatada a vontade de saber (FOUCAULT, 1988) expressa, ao final, de forma violenta por Marchette, homem de “condição abastada” e letrado, sobre o simples e humilde pastor de ovelhas andarilho-curador, cuja “cultura” no sentido de conhecimento, é julgada pelo próprio Marchette, como inferior, associando à superstição, ou “ilusão diabólica”.

O rapaz não é encontrado; então Marchetto se dirige a outro *Benandante*, um pastor de nome Giovanni, que vive numa aldeia vizinha a Udine. Este vem a Udine de má vontade queixando-se durante o trajeto a quem veio chama-lo. Chegando à casa de Marchetto, recusa-se até mesmo a subir. A fama de curandeiros dos *benandanti* se difundiu, o seu trabalho é procurado e recompensado, e eles o fazem agora com uma espécie de autossuficiência, conscientes da sua importância. É preciso que Marchette desça até a rua, com “boas palavras”, vença a resistência do pastor. (GINZBURG, 1988, pp. 115-116)

Contudo, na relação ali colocada, aos olhos do homem de posses de nome Marchette, ele estaria numa posição superior, tanto pelas suas posses quanto ao fato de julgar a crença nas bruxas dos *benandanti*, como o resultado de superstições ou crenças pagãs.

Marchette parece não suportar a ideia de ter que suplicar ao *benandante* pastor para que ele diga se o seu parente foi ou não enfeitiçado. Marchette não sabe a razão e não sabendo o que fazer para aplacar o sofrimento do parente suplica ao homem comum, um pastor andarilho, que lhe diga a razão do sofrimento de seu parente. Embora longa, a continuação da história medieval é importante ser aqui transcrita, de forma a melhor contribuir, para a argumentação.

“Eu lhe disse” escreve Marchetto, “que não acreditava em coisa alguma, que ele era vítima de uma ilusão diabólica e que não sabia. E ele dizia que sabia muito bem mas que não podia dizer”. Marchetto passa às súplicas, às promessas, afirmando que, “se sabia, devia dizê-lo para não deixar morrer um jovem tão bom e virtuoso”. Mas o pastor não se deixa comover e repete obstinadamente temer as pancadas das bruxas. Então Marchetto chega às

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ameaças: “dirigi-me a ele dizendo que seria capaz de espanca-lo mais do que teriam feito as bruxas e que queria a qualquer preço que dissesse o que sabia a esse respeito, se era mesmo verdade que sabia alguma coisa”. Depois, com sarcasmo, pergunta-lhe “como havia principiado a ser *benandante*, como surgira essa sua profissão e quando tinha começado a exercê-la”. O pastor responde que “fazia um ano, e que tinha sido chamado numa noite pelo nome, tendo respondido: ‘O que queres tu?’, e que, daquela noite em diante, passara a ser obrigado a ir; mas que, se tivesse pensado em responder somente: ‘bem’, não teria sido forçado a partir”. Nesse ponto, Marchetto não se controla mais e, com uma indignação à qual se mistura talvez o propósito de assustar o pastor para arrancar-lhe a resposta desejada, grita que “nisso ele mentia, que tínhamos sido criados por Deus com o livre-arbítrio, que ninguém pode força-lo se ele não quisesse e que, por isso, ele devia deixar de ir dizer logo, livremente, se o bravo Mantovano tinha sido enfeitado”. **Com precisão involuntária, Marchetto expressa a fratura que separa a cultura dominante da cultura irreflexiva, espontânea dos *benandanti*.** O que pode significar o livre-arbítrio para os *benandanti*? Como podem eles contrapô-lo vitoriosamente à exigência misteriosa, obscura para eles próprios mas igualmente incoercível, que os leva, nas noites dos Quatro Tempos, a sonhar com o abandono do corpo para seguir em direção ao prado de Josafá ou a um campo das vizinhanças de Udine, a fim de combater contra os feiticeiros? (GINZBURG, 1988, p.116-118)

Talvez as respostas às questões colocadas pelo autor, estejam na continuação da história por ele narrada:

O furor de Marchetto (“tendo continuado a afirmar que não podia falar, eu disse que queria a todo custo que ele respondesse porque tinha despertado em mim forte curiosidade [...]”), que o leva a amarrar o pastor a uma coluna, a agarrá-lo pelos cabelos, exclamando “que era preciso raspá-los porque neles poderia haver algum feitiço”, parece quase simbólico. Ele põe a nu, brutalmente, a vontade de domínio, ora mais, ora menos violenta, que está na raiz da sua atitude, bem como na dos inquisidores, em relação aos *benandanti*. As crenças dos *benandanti* não têm direito de cidadania nos esquemas teológicos, doutrinários, demonológicos da cultura dominante; elas constituem uma excrescência irracional e, portanto, devem encaixar-se nesses esquemas ou desaparecer. (GINZBURG, pp. 1988, 116-118)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Se na Idade Média, em grande medida a cultura dominante era a da Igreja que pregava, por exemplo o livre-arbítrio dado por Deus aos homens. No século XX, no período do Brasil República, há, por assim dizer, um investimento em uma “cultura” científica em prol de um processo de construção de uma nação “civilizada”.

Implícita nesta fratura entre uma cultura e memória que se quer dominante e outra que é construída como dominada, colonizada, surge outra importante relação. Trata-se da ameaça que uma sente com relação a outra por uma privilegiada condição de dispor de um conhecimento, de uma sabedoria, que o faz ter o direito sobre a vida e a morte.

Por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte. Sem dúvida, ele derivava formalmente da velha *pátria potestas* que concedia ao pai de família romano o direito de “dispor” da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida, já que a tinha “dado”. (FOUCAULT, 1988, p. 147)

A presente bibliografia e a peculiar observação de Machado de Assis sobre o “governo da multidão” de que dispunha ainda os curadores no Brasil oitocentista, foram os impulsionadores para questionar outras possibilidades para os embates e as perseguições teóricas e físicas aos curadores durante o final do século XIX e início do XX.

Razões que estivessem além do embate acerca do exercício da medicina propriamente dita entre práticos e formados, entre a etiologia e o conhecimento acerca dos agentes causadores da doença.

Aventando-se a possibilidade de haver algo a mais em disputa entre médicos formados nos bancos das academias de ensino científico e os curadores e curadores guardiães de saberes tradicionais na sociedade brasileira. Acredita-se ser possível uma outra chave para o entendimento desta perseguição sofrida pelos curadores. Uma chave de leitura que reside na análise e reconhecimento da capacidade que curadores e curadoras possuíam/possuem de governar multidões.

Ou seja, uma disputa pelo exercício de poder decorrente do prestígio e da importância de que gozavam aqueles homens e mulheres capazes de lidar com o sofrimento alheio, com as doenças. Tornados tão importantes para a comunidade em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

razão de acalantar suas angústias e incertezas diante da dor, da eminência da morte e do desalento a que muitos estavam submetidos em uma sociedade cujo Estado é, por vezes, insipiente e precário.

Os curadores e curadoras foram (e são) detentores de um vasto conhecimento que vai além de orações, poções, benzeduras e ervas, são um elo com o passado, são guardiães de memórias, agindo por vezes mais que curadores do corpo, curando “almas”.

Isto, indubitavelmente, colocou-os em rota de colisão com outras instâncias de produção e reprodução de conhecimento, de crenças e de valores: tais como a ciência produzida nas academias.

Razões entre estas tensões em diferentes lugares e em diferentes tempos envolvendo tão importantes figuras humanas são muitas, tais como o conflito entre diferentes culturas sobre a cura, como o trecho a seguir relata:

Creio, portanto, que a perseguição de curandeiros e saladores revela um conflito entre a cultura médica erudita e a cultura das curas populares no Portugal de finais do século XVII e do século XVIII. Esta tensão entre a cultura popular e a cultura das elites foi crescendo à medida que o período do Iluminismo foi avançando e as ideias racionalistas sobre a medicina começaram a penetrar em Portugal por vias não oficiais (mas frequentemente com o consentimento tácito de funcionários ortodoxos reacionários do Estado e da Igreja). Os processos do Santo Ofício contra curandeiros mágicos provam, portanto, que as ideias iluministas sobre práticas médicas racionalizadas haviam penetrado a mente das elites eruditas de Portugal, a ponto de até as políticas da Inquisição mudarem para se acomodar a, e mesmo promover, uma abordagem mais científica da cura. Neste caso raro, a Inquisição funcionou como um instrumento de uma mudança social progressista. (WALKER, 2013, p. 19-20)

Tanto lá em Portugal de fins do século XVII e XVIII, quanto no Brasil da República Velha, é possível perceber embates entre as ideias e etiologias da cura e sobre as práticas médicas.

Curadores e curadores receberam, ao longo de suas existências, as mais diversas denominações: sacerdotes, griôs, pajés, xamãs, alufás, feiticeiros, curandeiros, rezadores, benzedores, monges, beatos, conselheiros, ervateiros, raizeiros, parteiras, pais

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e mães de santo, boticários, médicos, *benandanti*, saladores, entre tantos outros. Os quais, ao longo da história, foram seguidos, perseguidos, amados, odiados, temidos, ou ainda invejados.

Possíveis razões para a população, indistintamente, procurar os curadores não podem se resumir ao fato de que existiam poucos médicos para atender à população (mesmo na primeira metade do século XX). Essas razões podem ser tantas quantas foram as próprias artes de curar.

Uma destas razões pode ser o fato de que a população se mantinha cética com relação a eficiência e eficácia dos métodos da medicina científica, dita moderna. Métodos, por assim dizer, mais invasivos que os praticados pelos curadores, por exemplo.

Ou, ainda, o fato de que a população de um modo geral, não conseguia se convencer, ou entender a lógica do pensamento médico científico para o tratamento de suas enfermidades. Não compreendiam esta nova episteme biológica dos médicos formados e seus códigos, símbolos e linguagem técnica especializada, próprios de suas comunidades médicas e de seu “coletivo de pensamento” (FLECK, 1986) de pensar e entender e praticar a cura.

Tanto mais num momento que precedeu ao da medicina imperial, em que a credibilidade científica de sua técnica de diagnóstico pautada basicamente na clínica, estava em xeque.

Quando os médicos do Império foram postos diante de uma nova maneira de encarar a causalidade de certas morbididades, tal como postulavam os helmintologistas, a fronteira entre o **charlatanismo** e o profissionalismo, entre o erro “dogmático” e a verdade “científica”, tornou-se fluída e movediça, pois implicava um reordenamento da hierarquia profissional. (EDLER, 2011, p. 23) (grifo nosso).

Tais acontecimentos teriam acirrado ou demarcado ainda mais a necessidade de um convencimento da eficiência das práticas médicas científicas, o que traria prestígio e maior possibilidade de exercício de poder político aos médicos. Poder esse, cujo exercício por parte de curadores e curadores já havia dado sinais claros de arrefecimento por diversas razões, tal como a disputa deste “governo” das multidões, quer seja uma ação mais direta e, também, mais violenta por parte do estado brasileiro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A exemplo de Canudos (1896-1897) na Bahia e a multidão que seguiu ao beato Antônio Conselheiro; ou em Santa Catarina, durante o Movimento do Contestado (1912-1916); ou, ainda, o triste Massacre do Caldeirão, ocorrido no Ceará em 1937, cujo líder do povo era, igualmente um beato, José Lourenço.

Ou seja, estes três movimentos ou agrupamentos de pessoas, surgiram em torno da liderança espiritual e política de beatos-curadores, que, além de conforto espiritual, ofereciam remédios caseiros, rezas e bênçãos para acalantar o sofrimento do daqueles que os procuravam. Em comum, ainda as três comunidades, pregavam igualdade e uma forma alternativa de organização social igualitária e de uso coletivo da terra. Tanto Antônio Conselheiro de Canudos, os diversos João Marias da Região do Contestado e o beato José Lourenço de Caldeirão, foram seguidos por uma multidão, e exerciam um certo “governo” dessa população. Logo, vistos pelo poder instituído local, os coronéis e o próprio “estado nacional”, como uma ameaça.

Líderes dessa natureza, com um domínio sobre multidões, poderiam ser, também, encarados como uma ameaça aos governantes “republicanos” numa democracia tão precoce quanto insipiente quanto a que se iniciou no Brasil após 1889.

Este governo da multidão, cogita-se, poderia ser considerado um “saber-poder” (FOUCAULT, 1979) a ser superado pelo convencimento. Um esforço em fazer valer uma nova lógica científica da cura, representada pelos médicos, constantemente aliados às elites locais, muitas vezes filhos dos coronéis, os “doutores” da região. Assim, acreditando estar realizando um bem para a população, estes novos coronéis de bisturi e microscópio, passam a dominar o cenário político local e nacional. Não é raro encontrar médicos na cena política durante as décadas iniciais da República no Brasil. República que teve em seus quadros políticos e intelectuais, muitos médicos de formação (HOCHMAN e LIMA, 2015).

Assim, além da saúde, do saber, do *biopoder*, havia em jogo a questão do “governo da multidão”, do qual dispunham, ainda, a “interessante classe” dos curadores e curadoras. Se não, qual a razão em perseguir líderes religiosos, beatos e monges, curadores e conselheiros pelo interior do Brasil afora e a multidão de pessoas que os seguiam, aniquilando suas comunidades, massacrando suas famílias, destruindo seus povoados? A exemplo do que ocorreu a Antônio Conselheiro, em Canudos aos diferentes

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

João Maria, na região do Contestado, em Santa Catarina e aos seguidores do José Lourenço. Uma vez que tais homens, mais se assemelhavam a benzedores do que feiticeiros, subversivos ou criminosos destemidos:

No começo de sua vida de peregrino, em meados de 1870, era comum dependurar um oratório de cedro com a imagem de Cristo nos galhos de árvores, diante do qual as pessoas se ajoelhavam e rezavam. Usando uma túnica de zuarte, trazendo consigo seu cajado – símbolo de seu comando sobre o povo – e, com “voz clara e palavra eloqüente”, como um venerável patriarca do Antigo Testamento, Conselheiro pregava num “tom suave” os preceitos cristãos. Seguindo o exemplo do padre Ibiapina, costumava rezar o ofício de madrugada, antes mesmo de começar as obrigações diárias, orando no almoço as jaculatórias e no fim da tarde o rosário, seguido das pregações. Alguns padres aceitavam que Conselheiro ensinasse em suas capelas ou igrejas, mesmo depois do arcebispo da Bahia ter proibido suas prédicas para o povo. (SILVA, 2005, p. 268)

Desta mesma essência, acredita-se, vinha o prestígio de que gozavam as benzedoras e benzedores em suas comunidades. Mas como suas rezas, quase todas de origem cristã-católica, são vistas, em grande medida, como inofensivas; eram toleradas, por assim dizer. Suas práticas estariam fora do processo de criminalização encampado por um aparato policial e jurídico, além, é claro, da classe política, que mantiveram no código penal de 1940 os crimes de “curandeirismo” e “charlatanismo”.

Embora se assemelhem em muito ao tipo penal estabelecido no ordenamento jurídico de 1940, as benzeduras não pertenciam ao conjunto de práticas que ofereciam risco direto à sociedade e tão pouco ameaçavam a hegemonia do médico oficial em seu exercício do poder-saber sobre a saúde. Afinal, os médicos

(...) não pretendiam apenas ser mais uma opção de cura respeitável e merecedora da confiança das pessoas simplesmente em função de seu compromisso com a ciência. Seu objetivo era ser a única opção existente, para que conseguissem definitivamente conquistar o poder e prestígio que acreditavam merecer como representante da doutrina científica. Para tanto, necessitavam do apoio do poder que legisla, pois só com suas armas não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conseguiriam atingir a legitimidade desejada. Os interesses de ambos eram comuns: a saúde dos povos deveria ser uma meta perseguida tanto por médicos quanto por autoridades. (PIMENTA, 2003, pp. 54-55)

As armas que dispunham até então resultariam de uma acumulação de leituras e conhecimentos (científicos). Armas estas que se mostravam incapazes de conquistar o espaço desejado pela classe médica. Assim, apoiada por parte de uma elite letrada, insere-se na vida política. Uma vez que passa a se afastar e diferenciar-se cada vez mais do pensamento coletivo popular, em sua grande maioria, incapaz de compreender os métodos científicos de cura. Considerados presos a “certas sujeições espirituais” sobre a saúde e a doença.

Tratava-se, pois, de embates ocorridos num *front* em que ambos os *exércitos* não manejavam o mesmo arsenal bélico, para utilizar de uma linguagem militar. Não que se concorde com a ideia de uma guerra. Mas para que se possa exemplificar que, de um lado, existia uma classe de curadores religiosos em sua maioria, fragmentada, mas que falava a mesma língua da população em termos de visão de mundo, de um coletivo de pensamento (FLECK, 1986) sobre saúde. Com inspirações pautadas no sagrado, na certeza da fé, num tempo escatológico de dádiva e castigo de deuses e orixás, que via de regra entendiam doença e cura por meio de um par binário de castigo e dádivas divinos. De outro, uma classe de médicos, unida na convicção e na certeza fornecida pela ciência médica, apoiada pelo estado, pelas leis, por Instituições de Classe (os Conselhos de Medicina, por exemplo) que possuíam uma visão, uma ideia sobre doença diferenciada, racional, secularizada, um sistema de pensamento afastado do que possuía a população de um modo geral, sobre saúde.

A ideia desse afastamento de uma base de pensamento comum entre o povo (governados) e elite (governantes), em razão da acumulação de um saber dito erudito e letrado por esta última, pode ser percebido pelo medo provocado por práticas de feitiçaria em uma “cultura dirigente” na Europa do século XVI:

Tratando-se da promoção intelectual do setor cultivado na sociedade da Renascença, uma outra consideração talvez mereça atenção, ao menos a título de hipótese: o acúmulo das leituras e dos conhecimentos não alargou o fosso

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entre cultura erudita e cultura popular? O retorno ao latim clássico, o acesso redescoberto ou ampliado à mitologia, à iconografia, à filosofia greco-romanas não criaram um isolamento crescente dos letrados em meio a um mundo para o qual a linguagem erudita era inacessível? A partir daí, antes dos triunfos intelectuais do período seguinte, antes da multiplicação dos colégios que difundiram seu saber, a cultura escrita não se sentiu frágil, ao tomar a medida do universo rural e oral que a circundava? Se sim – no que acredito – essa tomada de consciência teria sido um componente da mentalidade obsidional que o presente ensaio procura trazer à luz. Em todo caso, a distância aumentada entre as duas culturas parece ter reforçado a repulsa da elite pelos incompreensíveis comportamentos de uma massa camponesa que se lhe tornava cada vez mais estranha. Essa alteridade engendrou agressividade e, a esse respeito, vamos ao encontro das análises de Th. Szasz. Existe uma necessidade humana de se validar como bom e normal e de invalidar outrem como mal e anormal. Os processos de feitiçaria foram uma autodefesa da ética dominante [ou que se pretendia dominante] contra uma prática coletiva que a julgava em contrário e que serviu de bode expiatório. (DELUMEAU, 1989, p. 387).

É relevante a ideia dos processos contra a feitiçaria como resultado de uma “autodefesa da ética dominante” ou que se pretendia dominante, como aponta o autor. Tal argumento nos remete às relações entre “curandeiros e charlatães” e os médicos formados no Brasil de fins do século XIX e início do XX.

Por fim, reforça-se a tese de que, de certa forma, a acumulação ou o contato com o conhecimento científico sobre as doenças e seus agentes patológicos levou, no Brasil deste período histórico, a um afastamento entre o conhecimento douto, científico e o empírico tradicional, ou popular. O que pode ter provocado, a exemplo da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, uma acentuação entre diferentes etiologias da doença e da cura. Uma acreditada pelos agentes que pensavam e promoviam as políticas públicas voltadas à saúde e outra tradicionalmente mantida por boa parte da população e seus curadores.

Apesar, ou além de haver uma parcela da população mais abastada e educada, principalmente nos bancos acadêmicos dos cursos de Medicina no Brasil (de forma a garantir a atuação do Médico entre outras razões) que se dedicaram a escrever uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

história memorialista que, de alguma forma, desprestigiava o conhecimento empírico e popular sobre a saúde e a cura.

Também um número de filhos da elite econômica e política que estudaram nas Faculdades de Direito do país (de forma a proteger, em tese, o bem jurídico saúde pública), incentivaram a criação de leis, como o caso dos artigos 283 e 284 do Código Penal Brasileiro de 1940, que criminalizavam as práticas de “curandeirismo” e “charlatanismo”.

No entanto, e a despeito destas frentes, o costume de procurar um curador ou uma curadora para tratar males físicos ou espirituais, acreditando ser a doença e a cura, castigo ou dádivas divinas, é tão antigo quanto complexo. Resulta do encontro de várias culturas, cujas marcas permanecem, resistem as tentativas constantes de seu “enterro”. E a beleza de tais práticas não surge quando de sua morte ou de seu desaparecimento em uma determinada sociedade (CERTEAU e JULIA, 1989), pelo contrário, quanto mais viva, mais presentes e cada vez mais questionando e confrontando culturas e práticas que se pretendem hegemônicas à todo custo.

Referências bibliográficas

BLOCH, M. (1999). *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras.

CERTEAU, M e JULIA, D. (1989) A beleza do morto: o conceito de “cultura popular” In: REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel.

CHALHOUB, S. (1996). *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

DELUMEAU, J. (1989). *História do Medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras.

EDLER, F. C. (2011). *A medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- FLECK, L. (1986) *La Génesis y el desarrollo de un hecho científico*. Madrid: Alianza Editorial.
- FOUCAULT, M. (1979) *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, M. (1988) *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GINZBURG, C. (1988). *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOCHMAN, G. e LIMA, N. T. (orgs.) (2015) *Médicos intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- ISAIA, A. C. (2012) Umbanda, intelectuais e nacionalismo no Brasil. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Set a dez de 2012. Vol. 9 ano IX nº 3.
- MANDROU, R. (1979). *Magistrados e feitiçeiros na França do século XVII*. São Paulo: Perspectiva.
- ORTIZ, R. (1999) *A morte banca do feitiçeiro negro: umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- PIMENTA, T. S. (2003). Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. Em S. C. (Org.), *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. (pp. 307-330). Campinas/SP: Unicamp.
- SILVA, J. M. (jun de 2005). Guerra de Canudos - as Predicas em debate. *Projeto História*, 30, 265-276.
- WALKER, T. D. (2013). *Médicos, medicina popular e Inquisição: a repressão das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. Rio de Janeiro; Lisboa: Editora FIOCRUZ; Imprensa de Ciências Sociais.